

## A Macroeconomia e o Desenvolvimento Regional - I

Nilson Pimentel (\*)

Há uma constatação nesse momento da crise brasileira, a qual herdada de um governo inepto popularesco que relegando os conhecimentos da Ciência da Economia por muito pouco não envereda o país num processo de venezualização, praticando transferência de renda às avessas, provocando maiores distorções no imenso grau de desigualdades regionais, arrastando o sistema econômico à recessão com desindustrialização e ao processo endêmico de corrupção sem limites.

Olhando esse cenário posto, ocorrem diversos questionamentos, inclusive de pessoas do senso comum, mas para os especialistas graduados do Clube de Economia da Amazônia (CEA) torna-se cumprimento de ofício questionar o status quo, desacreditando-o quanto as correções de rumos da economia brasileira no stricto e no lato sensu, em que se chega aventar a falência do próprio Estado, no qual os detentores do poder (Legislativo, Judiciário e Executivo) se encontram no total descrédito, no qual os ocupantes podem até serem legítimos, mas que isto não mais lhes confere Poder real, uma vez que estão envolvidos em processos judiciais, falcatruas e corrupção, corrompendo o sistema ou a Instituição a qual pertencem.

O Povo deve saber que dele emana todo o Poder na Democracia, para tanto se tem a mais poderosa arma – o Voto, com a qual se pode fazer uma Revolução sem sangue, apeando do Poder todos aqueles envolvidos na endêmica corrupção que se alastrou sobre todos os seguimentos institucionais da frágil democracia brasileira.

Por que só os corruptores serem penalizados? Por que não todos aqueles que engendraram estratégias para tomar de assalto as finanças do Estado Brasileiro?

Tanto, que se armou dentro e fora dos aparelhos do Estado, por mentes diabólicas, estratégias de assalto para tomada das bases financeiras, que serviam de aval a governo permissivo, incompetente e corrupto, que utilizava de forma equivocada esses recursos provenientes dos fluxos da economia real brasileira.

Nem mesmo aqueles agentes econômicos de dentro do sistema que atuam na contrapartida da alimentação desses fluxos foram capazes de frear ou evitar que tal mal grassasse no seio do Estado conivente.

Todas essas práticas espúrias levaram o país a alargar mais as desigualdades regionais, ou seja, quanto à economia de um país decresce, há tendências que maior seja suas desigualdades regionais, mais pobreza se alastra na economia, em todas suas formas, como a baixa geração de riqueza, como o desemprego dos fatores de produção, como a desindustrialização, como o desemprego da força de trabalho, baixo grau de investimentos diretos produtivos, elevado saque da precária poupança interna, taxa de juros elevadíssima, taxa cambial em elevação, etc.

Como visto esses agregados econômicos a partir dos fluxos real e monetário, estão dentro das abordagens da Contabilidade Nacional brasileira, contudo o que se questiona aqui no Amazonas, e no CEA quando se discute a economia local se esses agregados macroeconômicos locais têm as mesmas definições e relações dos correspondentes nacionais?

O que para alguns economistas do CEA, ainda não se entende que governos regionais assumam mandato de gestão pública sem que se atenham a esses conhecimentos elementares de ECONOMIA, em que na decorrência dessa gestão, mesmo que não se desenvolva um sistema de governança pública para o Estado do Amazonas como um todo, haverá de compreender que no fluxo real e monetário, os preceitos em termos de mensuração e análise dos agregados macroeconômicos, se dão a partir da identidade entre produto, despesa e renda.

Como esse conhecimento científico econômico seja de primordial à gestão pública, mesmo que não seja capaz de inibir a irresponsabilidade politiqureira de não adotar estratégias de gestão pública comprometida, frente às peças

decorativas do orçamento público, quanto aos fluxos econômicos de entrada e de saída do sistema, referente à gestão da máquina pública, como os limites de despesas de custeio, principalmente quanto ao inchaço de pessoal desqualificado sem concurso público, acarretando entraves ao bom funcionamento dos serviços públicos e demais malefícios que essas ações do executivo acarretam contratação de prestadores de serviços de forma espúria, cobrança de pedágios de fornecedores etc, etc, etc.

Assim, passamos a abordar algumas variáveis mais necessárias para análise, como a correlação entre fluxos e estoques, a relação de causa-efeito entre poupança e investimento, a efetividade da gestão do Estado local via sua capacidade de formulação e adoção de políticas monetária, fiscal e cambial.

Nesse sentido, a análise macroeconômica da economia regional local, se deve destacar que a forma de contabilização da economia privilegia a mensuração dos fluxos em detrimento dos estoques (produto, renda, despesa, consumo, investimento, gastos do governo, tributos, exportações e importações são fluxos).

A análise dos fluxos é qualitativa e a dos estoques é quantitativa. Veja um reservatório de água, o estoque é a quantidade acumulada de água, enquanto os fluxos são os volumes de entrada e saída de água desse reservatório.

Contudo, o Produto Interno Bruto (PIB), é o agregado mais utilizado para mensurar o comportamento de uma economia e, que em análise, se constitui no volume de bens e serviços produzidos por uma determinada economia, em certo período de tempo, se constituindo, portanto, em um fluxo de produção.

No entanto, o PIB, em termos de demanda agregada, é destinado para atender o consumo, o investimento, os gastos do governo e as exportações (menos importações), também, são variáveis enquadradas como fluxos.

Por outro lado, a análise da renda, é a remuneração dos fatores de produção, os salários, aluguéis, juros, lucros e tributos, assim como a destinação dessa renda para consumo, a poupança e os tributos, também são fluxos.

Já a análise econômica dá pouca atenção à dimensão das variáveis de estoque, como a medição da riqueza, quer no segmento financeiro, quer na dimensão patrimonial de sua capacidade produtiva, é monitorado como base monetária, como os meios de pagamento, o endividamento público, dentre outras.

Voltando à visão para o Amazonas, os participantes do CEA focam suas preocupações na localização das atividades econômicas com os fatores que condicionam o desenvolvimento econômico regional dentre as nove sub-regiões geoeconômicas determinadas, visto que devem focar naquilo que, comparativamente a outros produtores, melhores são dotados dentro da noção de vantagens competitivas.

De acordo com essa visão, a alocação ótima de recursos e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico regional seria obtido pela especialização na produção de bens cuja dotação de fatores fosse a mais adequada.

Porém, na base regional se detém em três fatos básicos:

- a) a produção se desenvolve num espaço concreto, isto é, o local geoeconômico em que se realizam as atividades econômicas;
- b) a distribuição dos recursos, como da produção e do consumo não é homogênea entre os espaços, o que gera as disparidades regionais; e,
- c) dado o problema da dotação dos recursos escassos, a necessidade de promover o crescimento das atividades econômicas nas diversas sub-regiões como produtoras é imperativa.

Mesmo nessa perspectiva de desenvolvimento econômico regional focado na endogeneidade, observa-se que as

políticas de planejamento econômico regional devem sobressair à frente a outros campos ou recorte de atuação do governo estadual.

Haja vista que em parte, as questões regionais passaram a refletir a articulação entre duas ordens de fatores:

- 1) as questões socioeconômicas, e
- 2) a questão físico-geográfica dessas sub-regiões.

Contanto que o desenvolvimento econômico regional endógeno entendido como seja um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma determinada sub-região induzida, tendo como objetivo criar um ambiente atrativo para implantar e consolidar o desenvolvimento local economicamente sustentado e linkado ambientalmente adequado seja através da atração de novas atividades econômicas mobilizadoras e/ou fortalecimento das atividades econômicas mais eficientes já desenvolvidas naquele locus.

*(\*) Economista, Engenheiro e Administrador de empresas, com pós-graduação: MBA in Management (FGV), Engenharia Econômica (UFRJ), Planejamento Estratégico (FGV), Consultoria Industrial (UNICAMP), Mestre em Economia (FGV), Doutor em Economia, Consultor Empresarial e Professor Universitário: [nilsonpimentel@uol.com.br](mailto:nilsonpimentel@uol.com.br).*